

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2026, às **08h e 33m**, reuniram-se, ordinariamente, os seguintes membros do Conselho Fiscal: Adriana Aparecida da Silva Martins Ferreira, Ana Cristina do Valle Domingos, Elaine de Souza Nascimento, André Fernandes da Costa Milanez, Halysson Mendes e Souza Pinto e Quéli Madureira Campos Ferrarez.

### Justificativa de ausência:

**Também participaram da reunião:** A Diretora-Presidente Elizangela Sara Lana, o Controlador Interno Diego da Silva Carioca, o Analista de Investimentos Ricardo Geraldo Anselmo, a Advogada Autárquica Natanielle Efigênia Fernandes dos Passos de Carvalho e o Presidente do Comitê de Investimentos Osmerino Anelito Pena.

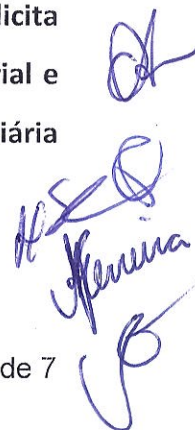
A reunião tinha como pauta os seguintes pontos:

### Pautas do Conselho Fiscal

1. Análise do Relatório do Controle Interno do mês de março/2026
2. Feedback do evento 22º Congresso Estadual de Previdência da APEPREM, em Campos de Jordão/SP
3. Eleição do IPREV
4. Análise do Relatório de Investimentos do mês de março/2026
5. Andamento da elaboração do novo Código de Ética do IPREV Mariana

### Pautas da Diretoria

6. Recebimento do Requerimento nº 49/2026 da Câmara Municipal, que solicita informações e documentos detalhados acerca do pagamento de diárias, viagens e deslocamentos realizados
7. Recebimento do Requerimento nº 50/2026 da Câmara Municipal, que solicita informações e documentos detalhados de natureza contábil, financeira, atuarial e de investimentos, bem como acerca da Certidão de Regularidade Previdenciária (CRP)



**8. Manifestação da Procuradoria do Município sobre análise de eventual inconstitucionalidade formal da Lei nº 3.994/2025 de iniciativa do Poder Legislativo**

Halysson cumprimentou a todos e iniciou a primeira pauta. **1) Análise do Relatório do Controle Interno do mês de março/2026.** Halysson pediu para que a Diretoria e o Controle Interno falassem sobre a visita técnica da equipe do IPREVI (Instituto de Previdência de Viçosa), informada na página 4 do relatório. Elizangela disse que parte da equipe do IPREV Mariana já realizou visitas técnicas ao IPREVI Viçosa e que cada uma delas foi um momento de troca de experiências. Disse também que o foco da recente visita do IPREVI ao Instituto foi o Pró-Gestão RPPS e o CONSIGNET – plataforma de gestão de crédito consignado que reduziu drasticamente o atendimento presencial de aposentados e pensionistas que antes tinham que vir pessoalmente ao IPREV Mariana para a retirada da carta-margem. Ana perguntou se o IPREVI de Viçosa não possui o Pró-Gestão e Elizangela disse que possuem o nível I, sendo o interesse da equipe aumentar o nível da certificação. Diego explicou que, durante a visita, o foco principal foi a implantação do Pró-Gestão Nível III no IPREV, processo que coordenou, podendo esclarecer os desafios enfrentados e as orientações necessárias para a implantação em Viçosa. Em relação à renovação de estágio (página 7), Halysson perguntou se havia apenas um estagiário no Instituto e Diego confirmou, informando haver apenas uma estagiária, lotada no Setor de Comunicação. Ana perguntou se o recebimento de comunicado mensal do TCE/MG se refere a um erro cometido ou a uma necessidade de ajuste do sistema. Diego disse que tanto o IPREV, quanto à Câmara e a Prefeitura acabam sendo dependentes da CMM quanto ao envio de balancete ao SICOM e o alerta foi devido a um pequeno atraso no envio de remessas dos módulos Acompanhamento Mensal/Balancete referentes ao mês de fevereiro de 2026. Adriana perguntou se a situação já estava regularizada e Diego confirmou que sim. Elaine perguntou sobre o Processo nº 2.307/2026 (presente na página 6), que trata da análise da Lei Municipal nº 3.617/2022, que dispõe sobre a situação de professores reintegrados. Disse não ter entendido se a demissão ou a reintegração foi ilegal. Elizangela disse que houve períodos em que o Município demitiu professores efetivos e que a demissão prejudicou o tempo de efetivo exercício do magistério desses profissionais. Diego complementou que a mencionada lei visou minimizar os impactos dessas demissões, considerando o período entre a data da demissão e a data de reintegração funcional como

efetivo exercício do magistério. Elizangela disse que, apesar do posicionamento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais declarando a ilegalidade da lei, a mesma continua válida, pois a invalidação é prerrogativa do Prefeito ou do Legislativo. Elaine perguntou sobre a situação de profissionais de outras categorias que foram prejudicados e Diego disse que o tempo de efetivo exercício do período entre a demissão e a reintegração é reconhecimento para aqueles que tiveram o desconto previdenciário referente a esse período. Ressaltou também que o caso dos professores é diferente dos demais, pois não se trata apenas de tempo de contribuição, mas de reconhecimento de efetivo exercício do magistério, e que, na época da elaboração da lei pelo município, houve consulta ao TCE/MG e que ele foi favorável ao reconhecimento desse período como magistério, desde que antes de ser demitido, o servidor estivesse atuando em sala de aula. Por fim, Elaine afirmou que as pessoas não podem ser penalizadas por demissões injustas. Passou-se para a próxima pauta **2) Feedback do evento 22º Congresso Estadual de Previdência da APEPREM, em Campos de Jordão/SP.** Adriana disse que o curso de contabilidade para RPPS foi ministrado pelo professor Otoni Gonçalves Guimarães, auditor aposentado da Receita Federal do Brasil com grande competência e conhecimento em contabilidade pública aplicada aos RPPS. Disse que houve um momento para os participantes tirarem as dúvidas com ele e que o palestrante destacou que não se deve calcular Pasep sobre a taxa de administração fato de a taxa de administração ser uma despesa. Segundo Adriana a Emenda Constitucional (EC) 136/2025 excluiu a cobrança do Pasep sobre as receitas correntes, porém deixou uma dúvida quanto a ressalva da taxa de administração. Diego falou que não há pacificação sobre o assunto e que o não pagamento deve ser precedido pela instrução de um processo interno. Disse que enviou uma mensagem no grupo de geral de Previdência Pública para verificar se há alguma nota técnica ou manifestação orientando o pagamento do PASEP após a Emenda 126/2025 e que Otoni disse que foi realizada uma consulta a Secretaria da Receita Federal, que até o momento ainda não foi respondida. Adriana disse que é necessário o instituto fazer uma consulta ao GESCON e aguardar um posicionamento para saber se o pagamento de PASEP é devido ou não, apesar do baixo valor pago (aproximadamente R\$ 3.500,00). Ressaltou que não está dizendo para o instituto não pagar, mas sim para fazer uma consulta e aguardar a manifestação oficial. Adriana acrescentou também que outró entendimento do professor é de que o COMPREV não deve ser contabilizado como receita, mas como uma indenização. Disse que é

interessante o Controle Interno conversar com a Leandra para verificar essa questão e destacou a necessidade de atualização constante e de compartilhamento do aprendizado nas capacitações com os conselheiros. Diego disse que recebeu um e-mail da Leandra sobre o assunto e que o Instituto irar verificar junto aos órgãos competentes e perguntou se no curso foi falado sobre a contabilização da conta reserva, e Adriana disse que no momento não se lembra, falando que a conta pode ser usada para pagamento de contas previdenciárias ou compra de imóvel e que o relatório de prestação de contas contém mais informações. Passou-se para a próxima pauta. **3) Eleição do IPREV:** Elizangela disse que foi instituída uma comissão eleitoral, presidida pela conselheira Edilene Barbosa Toribio e com participação da conselheira Luciana Pyra. Adriana perguntou se a comissão tinha representante do Conselho Fiscal e Elizangela disse que o Decreto nº 9.232/2018 prevê apenas a participação de conselheiros do Conselho Municipal de Previdência. Disse que houve um candidato para cada cargo e que a mudança que teve foi a candidatura do servidor Diego da Silva Carioca para a Diretoria Administrativa e Financeira e Betânia para o Controle Interno. Complementou que a Comissão homologou o resultado final das inscrições, uma vez que as documentações estavam regulares e que aguarda a decisão da Secretaria de Administração para a análise se haverá votação/urnas, uma vez que não há concorrência para nenhum dos cargos. Comentou alguns casos em que a urna foi dispensada nos casos de candidato único, mesmo sem previsão em edital, como foi o caso da Betânia em substituição a ex-Diretora Administrativa e Financeira. Adriana mencionou a necessidade de rever as regulamentações e a Lei Municipal nº 173/2018, que elenca o CPA 10 como requisito, mas não cita a necessidade de nova certificação de dirigentes. Disse também que conhece pessoas que não se candidataram por causa de alguns requisitos e que entende ser necessário ampliar as formações permitidas para assumir os cargos. Diego e Elizangela disseram que as áreas de formações são orientadas pelo Ministério da Previdência e Adriana ressaltou, novamente, a necessidade de reestruturação da lei. André perguntou como funcionaria essa reestruturação, e Elizangela disse sobre a necessidade de maiores estudos e de uma possível Comissão para estudar o assunto. Por fim, Elizangela disse que há assuntos mais urgentes nesse momento, como a discussão sobre o déficit atuarial e a Reforma da Previdência Local. Passou-se para a próxima pauta. **4) Análise do Relatório de Investimentos do mês de março/2026:** Às 09:55, Ricardo entrou na reunião.

Adriana disse que solicitou a participação de Ricardo para apresentação do gráfico da

evolução dos investimentos em BDR's. Ricardo disse que, em março de 2024, o IPREV Mariana aplicou R\$ 2.031.554,71 BB TECNOLOGIA RESP LIMITADA FIF AÇÕES CNPJ:01.578.474/0001-42 e mais R\$ R\$ 800.000,00 em outubro de 2024, já em janeiro de 2025 aplicou R\$6.000.000, 00 na CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDR NIVEL I CNPJ: 17.502.937/0001-68 Disse que até a reunião passada de fevereiro de 2026 os fundos de renda variável acima não havia apresentado perda em patrimônio, mas que no mês de março o fundo da caixa fechou com perda de patrimônio , já no mês de abril até a presente data os fundos estavam recuperando muito bem e havia grande possibilidade do fundo da caixa recuperar o patrimônio perdido no mês de março, já que até a presente data os fundos rentabilizavam respectivamente 11% e 8% aproximadamente. Disse que os investimentos em renda variável são voláteis e que ontem e no mês até o momento os fundos de renda variável da carteira estavam rentabilizando muito bem, compensando a perda ocorrida. André reforçou a importância das conferências semestral e anual para poder avaliar a evolução e afirmou que os investimentos tiveram um aumento considerável, levando em consideração as oscilações entre rentabilidade negativa e positiva. André perguntou se há um limite estabelecido para retirada de recursos em aplicações e Ricardo disse que atualmente não. Às 10:07, o presidente do Comitê de Investimentos Osmerino entrou na reunião, se disponibilizando para tirar eventuais dúvidas sobre os BDRs. Disse que a retirada de recursos dos BDRS deve ser motivada e que, apesar das oscilações, os investimentos estão performando bem. Complementou que a perda patrimonial só ocorre quando há retirada de dinheiro do fundo. Adriana mencionou sobre a construção de gráficos como forma de facilitar a evolução dos investimentos e Osmerino falou ser possível acompanhar a evolução desde a primeira aplicação em 2021. Disse que se dispõe a construir o gráfico, caso Ricardo não consiga fazer. Ressaltou que a carteira de investimentos do IPREV Mariana é extremamente conservadora, de forma que a meta atuarial não é afetada pela performance desses fundos, que foram muito estudados pelo Comitê de Investimentos. Complementou que, apesar da recomendação da auditoria em adotar o *stop loss*, o Comitê optou por não o fazer em razão do baixo valor investido em renda variável. Por fim, ressaltou a necessidade de trabalhar com os investimentos em renda variável a longo prazo, sob pena de perdas patrimoniais. Antes de passar para a próxima pauta, Ricardo e Osmerino se retiraram da reunião. Passou-se para a próxima pauta **5) Andamento da elaboração do novo Código de Ética do IPREV Mariana.**



Diego disse que foi discutido nos conselhos, em reuniões passadas, sobre o Código de Ética do IPREV, e a necessidade de melhorias. Dessa forma, será apresentada uma minuta do Código de Ética Atualizado, até em observância ao Pró Gestão RPPS que será enviada aos Conselhos para análise. Disse também que, apesar de objetiva, a minuta aborda a ética em várias áreas e abordagens, como em casos de conflito de interesses, acompanhamento dos investimentos, Comissão de Ética e outros. Adriana falou que quando mencionou sobre o Código de Ética em reunião passada, quis dizer sobre a necessidade de trabalhar o código de ética atual internamente com os servidores, sem a necessidade de exposição de qualquer pessoa. Passou-se para a próxima pauta. **6) Recebimento do Requerimento nº 49/2026 da Câmara Municipal, que solicita informações e documentos detalhados acerca do pagamento de diárias, viagens e deslocamentos realizados.** Elizangela explicou brevemente sobre o requerimento falando que houve um questionamento anônimo sobre o pagamento de diárias de servidores e conselheiros, em especial os que compõem a gestão atual do IPREV Mariana. Disse que há regulamentações que resguardam o Instituto, que tudo é feito de forma legal e amparado pelas legislações vigentes. Complementou que seria realizada uma resposta e envio das documentações a Câmara e a conselheira Adriana solicitou que tal documento fosse repassado para o Conselho Fiscal antes. Adriana também perguntou sobre o prazo de entrega dos documentos para a Câmara. Elizangela disse que inicialmente era para ser entregue no dia 27/04, mas que solicitou mais tempo para que a Diretoria Administrativa e Financeira possa fazer o levantamento e o Conselho Deliberativo possa também analisar. Passou-se para a próxima pauta. **7) Recebimento do Requerimento nº 50/2026 da Câmara Municipal, que solicita informações e documentos detalhados de natureza contábil, financeira, atuarial e de investimentos, bem como acerca da Certidão de Regularidade Previdenciária (CRP).** Elizangela disse que Diego, Controlador Interno, fará o levantamento dessas informações e que pedirá dilação do prazo para que o Conselho de Previdência possa analisar a documentação. Antes de iniciar a pauta, a servidora Natanielle, advogada autárquica, entrou na reunião e pediu para participar como ouvinte da próxima pauta. Às 10:54, Halysson pediu licença para se retirar da reunião em razão de um compromisso. Passou-se para a próxima pauta. **8) Manifestação da Procuradoria do Município sobre análise de eventual inconstitucionalidade formal da Lei nº 3.994/2025 de iniciativa do Poder Legislativo.** Diego disse que recebeu um questionamento pelo canal da Ouvidoria, solicitando


ao Controle Interno, providências em relação à Lei nº 3.994/2025 que retirou o limite de reeleição dos cargos de diretoria e controle interno do IPREV. Diego disse que não cabe ao órgão de Controle Interno tal competência sobre a inconstitucionalidade da lei e repassou a demanda para a Procuradoria Geral do Município, Secretaria de Administração e também para a Comissão Eleitoral do IPREV Mariana. Elizangela leu, na íntegra, a manifestação da procuradoria, na qual a conclusão é de que a lei não viola princípios do ordenamento jurídico, uma vez que a lei trata de uma eleição administrativa e não política, e que, na manifestação da Procuradoria Geral do Município, deixa claro que não há inconstitucionalidade na referida lei. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às **10h 50m** e eu, Yasmim Mendes de Andrade, redigi a presente ata que será assinada por todos.

Adriana Aparecida da Silva Martins Ferreira 

Ana Cristina do Valle Domingos 


André Fernandes da Costa Milanez 

Elaine de Souza Nascimento 

Halysson Mendes e Souza Pinto 

Quéli Madureira Campos Ferrarez 

Diego da Silva Carioca 

Elizangela Sara Lana 

Natanielle Efigênia Fernandes dos Passos de Carvalho 

Ricardo Geraldo Anselmo 

Osmerino Anelito Pena 